



Informativo Plenarium

Informativo oficial do TRE-SE | Ano XV - nº 49 - março de 2022



90 ANOS DA JUSTIÇA ELEITORAL



Sergipe utilizará urnas eletrônicas atualizadas em 2022



Você conhece o Plano de Logística Sustentável do TRE-SE?



Servidor homenageado do mês: poeta João Lover

A matéria de capa desta edição de fevereiro do informativo PLENARIUM evidencia os **90 anos do Código Eleitoral de 1932**, que completou idade no dia **24 de fevereiro de 2022**. Principais inovações: a criação da Justiça Eleitoral; o voto secreto; o eleitor votaria por meio de cédulas numa urna em "gabinete indevassável"; e o voto passou a ser obrigatório...

A primeira matéria especial ressalta que o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) recebeu um lote com 1.300 novas urnas eletrônicas. De acordo com informações da Seção de Administração de Urnas do TRE-SE, no total, aproximadamente três mil urnas do novo modelo serão utilizadas em 2022 no Estado de Sergipe.

A segunda matéria especial destaca O Plano de Logística Sustentável (PLS), que é elaborado pelo Núcleo de Sustentabilidade e Acessibilidade (NSA), responsabilidade das servidoras **Caroline Damascena e Isabella Aguiar**. O PLS segue as determinações CNJ e funciona em consonância com a Agenda 2030 da ONU, que estipulou os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis*. É meta do TRE-SE o objetivo 12: "*Consumo e Produção Responsáveis*".

Na matéria de homenagem, conheceremos um pouco da produção de **João Ferreira da Silva (João Lover)**, servidor que atua pela ASCOM. O poeta, professor, compositor e revisor textual João Lover comemora a publicação de mais um livro. Desta vez é uma obra na área técnica, intitulado *Revisão de texto, Coerência e coesão, Escrever: técnica e arte*, no qual ele dispõe os conhecimentos linguísticos e literários adquiridos nos mais de 20 anos com prática da língua portuguesa e da literatura.

A coluna Memória Eleitoral apresenta a **Constituição de 1891**: a segunda do Brasil e a primeira feita na era republicana. O documento ficou vigente até a Revolução de 1930. Essa carta magna foi baseada na Constituição norte-americana. Nesse período, foi assegurado elevado grau de autonomia aos estados.

O ACONTECEU traz os principais fatos ocorridos no mês de fevereiro de 2022: por conta da pandemia, o TRE-SE adotou, de 1º de fevereiro a 13 de março, o sistema híbrido de funcionamento. As unidades do TRE-SE estão funcionando com 50% do total de servidoras(es); na tarde do dia 1º de fevereiro, tomaram posse como membros titulares do TRE-SE a desembargadora **Elvira Maria de Almeida Silva** e o juiz de direito **Marcelo Augusto Costa Campos**; no dia 8, no TRE-SE, ocorreu a primeira oficina de trabalho, coordenada pelo Núcleo de Desenvolvimento Organizacional (NDO). O evento marcou a retomada do projeto de implantação da *Gestão por Competências*; o juiz de direito **Leonardo Souza Santana Almeida**, no dia 8/2/2022, tomou posse como membro substituto, classe juiz de direito; O presidente do TRE-SE, Des. **Roberto Porto**, recebeu, no dia 15 de fevereiro, o comandante do 28º Batalhão de Caçadores do Exército, tenente-coronel de infantaria **Leandro César Pimentel Alves**; o alto comando da Polícia Militar de Sergipe reuniu-se com a cúpula administrativa TRE-SE visando ao planejamento referente à segurança das eleições 2022; na primeira reunião do COMOC – TRE-SE, o secretário de administração, orçamento e Finanças, **Norival Neto**, apresentou os indicadores 17, 18 e 19 do Planejamento Estratégico e comentou os resultados do Exercício 2021; TRE-SE, em linha com a Política Nacional de incentivo à participação institucional feminina no Poder Judiciário, criou o *repositório on-line para cadastramento de dados referentes a mulheres juristas* com expertise nas diferentes áreas do Direito; e o juiz **Marcos Vinicius Linhares Constantino da Silva**, tomou posse no cargo de juiz titular da Comarca de Água Branca no dia 18 de fevereiro.

Que você tenha agradável leitura!
Equipe ASCOM.



ASCOM
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO TRE/SE

PRESIDENTE

Desembargador Roberto Eugênio da Fonseca Porto

VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR REGIONAL ELEITORAL

Desembargadora Elvira Maria de Almeida Silva

JUÍZES MEMBROS

Gilton Batista Brito

Clarisse de Aguiar Ribeiro Simas

Marcos de Oliveira Pinto

Marcelo Augusto Costa Campos

Carlos Pinna de Assis Junior

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

Leonardo Cervino Martinelli

DIRETOR GERAL

Rubens Lisboa Maciel Filho

ASSESSOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL E JORNALISTA RESPONSÁVEL

Ricardo Augusto Ferreira Ribeiro
DRT 1037

REVISÃO

André Frossard

João Lover

Kátia Gomes

PROJETO GRÁFICO

Jéssica Alves

Luigi Abdias

COLABORAÇÃO

Diandra Larissa

Thayslanne Gois

FOTOGRAFIAS

ASCOM

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

Centro Administrativo

Gov. Augusto Franco - CENAF

Lote 7 Variante 2 - Bairro Capucho

Aracaju - SE - CEP: 49081-000

Sumário

| | |
|---|----|
| Aconteceu | 4 |
| Servidor(a) destaque do mês | 7 |
| 90 anos da Justiça Eleitoral | 9 |
| Sergipe utilizará urnas eletrônicas atualizadas | 12 |
| Plano de Logística Sustentável do TRE-SE | 14 |

Memória Eleitoral



A segunda Constituição brasileira

A **Constituição de 1891**, a primeira feita na era republicana, ficou vigente até a Revolução de 1930. Essa carta magna foi baseada na Constituição norte-americana. Nesse período, foi assegurado elevado grau de autonomia aos estados. Com a Proclamação da República e com a promulgação da Carta de 1891, o Brasil passou a ser governado por um presidente (mandato de quatro anos, era eleito pelo voto direto). A norma determinou Estado laico, ou seja, o Brasil não teria religião oficial, haveria a liberdade de cultuar todas as religiões em território nacional.

Contexto

Com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, ocorreu o fim da monarquia. Houve várias mudanças na forma de governar. Foi instalado o Governo Provisório, comandado pelo **Marechal Deodoro da Fonseca**. As primeiras medidas: o exílio da família imperial e a anulação da Constituição de 1824. O Governo Provisório convocou uma Assembleia Nacional Constituinte para elaborar a primeira Constituição do Brasil República. Havia divergências entre os republicanos. Os militares defendiam poderes irrestritos ao presidente. A finalidade era consolidar o novo regime e impedir uma suposta reação monarquista. Outra facção republicana advogava em favor de maior autonomia para os estados (que deixaram de ser províncias) e postulava pela divisão dos poderes entre Executivo, Legislativo e Judiciário. Não demorou; e os republicanos confrontaram-se por causa dos rumos do novo governo.

A Assembleia Constituinte promulgou a segunda Constituição brasileira em 24 de fevereiro de 1891. O texto foi redigido por **Rui Barbosa** e **Prudente de Moraes**.



Aniversariantes de março

- 01 Edvaldo de Jesus
- 02 Márcia Maria Matos dos Santos
- 03 Gedalias Bastos Freire
- 03 Jorge Correia Dantas
- 03 Maria Alejandra Pérez
- 03 Rosângela de Gois Galvão
- 05 Abdorá Coutinho Oliveira
- 07 José Carvalho Peixoto
- 08 Edvaldo Bispo da Paixão
- 09 Maria de Lourdes Leite Lisboa
- 10 Reginaldo Bispo dos Santos
- 12 Paulo César Gomes de Andrade
- 13 Lázaro Nicolau Ferreira
- 13 Vanine Vieira de Faria Almeida
- 14 Iraci Chaves Silva Costa
- 14 José Eraldo Santos Prata
- 14 Rodrigo Cardoso Mesquita
- 15 Veroni Junior Caetano de Oliveira
- 16 Bruna de Souza Fraga
- 17 Manoel Marcondes Barros
- 20 Ione Cristina Mendes
- 20 Jecemia Naára Dantas Teixeira
- 20 Lais Celestino de Jesus
- 20 Norberto Rocha de Oliveira
- 21 Wagner Ferreira Toledo
- 22 Iranilde Francisca dos Santos
- 24 Marcos Garcia de Medeiros
- 25 Ricardo Augusto Ferreira Ribeiro
- 26 Maria Lúcia Martins Carvalho
- 28 Maria Elizabete Santos Almeida
- 29 Abraão Alves de Souza
- 29 Osvaldo Santos Silva
- 30 Ricardo Mesquita Pereira
- 31 João Leopoldo de Albuquerque

A CONTECEU



TRE-SE adota regime híbrido de trabalho

O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe adotou, do dia 1º de fevereiro ao dia 13 de março, o sistema híbrido de funcionamento. A Secretaria do Tribunal e os Cartórios Eleitorais estão funcionando com 50% do total de servidoras(es) por unidade. As(os) servidoras(es) que não estavam na escala semanal para trabalhar no sistema presencial exercem as atividades em trabalho remoto.

O atendimento ao público de forma presencial ocorre somente mediante agendamento (sistema de agendamento). A Justiça Eleitoral ressalta que o atendimento presencial está reservado para os casos urgentes, os quais demandem a regularização imediata da situação do eleitor, compreendidos como tais aqueles que visem a evitar o perecimento de direitos perante outros órgãos e repartições públicas ou privadas. O atendimento presencial também pode ser solicitado diretamente ao Cartório Eleitoral por contato telefônico ou por *e-mail*.



Desembargadora Elvira Maria e juiz Marcelo Campos tomam posse no TRE-SE

Na tarde do dia 1º de fevereiro, tomaram posse como membros titulares do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) a desembargadora **Elvira Maria de Almeida Silva** e o juiz de direito **Marcelo Augusto Costa Campos**. A solenidade aconteceu no Plenário do Tribunal durante a sessão de julgamentos. Seguindo o ordenamento constitucional, ambos os empossados foram indicados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE). A desembargadora Elvira Almeida foi indicada pelo TJSE, no dia 24 de novembro de 2021. A escolha do juiz Marcelo Campos, também assinalada pelo TJSE, se deu no dia 10 de novembro de 2021.



Oficina de trabalho do projeto Gestão por Competências

No dia 8, na sala de treinamento 2 do TRE-SE, ocorreu a primeira oficina de trabalho, coordenada pelo Núcleo de Desenvolvimento Organizacional (NDO). O evento marcou a retomada do projeto de implantação da *Gestão por Competências*. O trabalho desenvolvido pelo NDO atenderá às exigências dispostas nas normas do CNJ, do TSE e determinadas pelas decisões do TCU.

O TRE-SE firmou parceria com o Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins (TRE-TO) e usará do *Sistema Coyote*, que foi disponibilizado por essa instituição, para gerenciar a base de dados. Esse sistema também será utilizado no momento de avaliar as competências. Até o mês de abril, o NDO pretende concluir o levantamento das competências técnicas de todas as unidades do TRE-SE. Os encontros acontecerão durante os horários de expediente, conforme agendado com as chefias.

ACONTECEU



Juiz Marcos Linhares é titularizado na Comarca de Água Branca/Alagoas

O presidente Tribunal de Justiça de Alagoas, **Klever Loureiro**, deu posse ao juiz **Marcos Vinicius Linhares Constantino da Silva**, no cargo de juiz titular da Comarca de Água Branca, no dia 18 de fevereiro. É a primeira Comarca da qual o magistrado se torna titular, após ingressar na magistratura alagoana em julho de 2019, como juiz substituto.

“Surgiu essa oportunidade de escolher qual Comarca eu ficaria como juiz titular, e eu optei por ficar em Água Branca, já que eu conhecia a Comarca e já estou desenvolvendo um trabalho junto com a equipe local”, comentou Linhares sobre a escolha.



Comandante do 28º Batalhão de Caçadores do Exército visitou o TRE-SE

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargador **Roberto Eugênio da Fonseca Porto**, recebeu, no dia 15 de fevereiro, o comandante do 28º Batalhão de Caçadores do Exército Brasileiro, tenente-coronel de infantaria **Leandro César Pimentel Alves**.

Leandro Pimentel declarou que o objetivo do encontro foi estreitar a relação entre as instituições, enfatizou as eleições deste ano lembrando a essencialidade das questões de segurança em todos os sentidos (tanto da população quanto de todo o processo democrático). Ao final da reunião, ele presenteou o TRE-SE com o livro e a moeda comemorativa, que celebram a história do 28º Batalhão de Caçadores do Exército.



Alto comando da PM e gestores do TRE-SE reuniram-se para tratar das eleições 2022

O alto comando da Polícia Militar do Estado de Sergipe reuniu-se com a cúpula administrativa do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) para iniciar as tratativas visando ao planejamento da segurança das eleições 2022.

O presidente do TRE-SE, Des. **Roberto Eugênio da Fonseca Porto**, abriu a reunião ressaltando a importância da cooperação entre as instituições. “O apoio da Polícia Militar de Sergipe é imprescindível! Nosso Estado tem um histórico de eleições tranquilas e ordeiras, graças à parceria de longa data entre o TRE-SE, a PMSE e demais órgãos de Segurança Pública”, disse o magistrado.

Por se tratar de ação estratégica superior, cujas iniciativas são de competência da Presidência do Tribunal, o planejamento integrado das operações de segurança é conduzido pela DG/COPEG desde sua primeira edição e conta ainda com a participação do Exército Brasileiro, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil, ABIN e Guardas Municipais.

ACONTECEU



Juiz Leonardo Almeida foi empossado como membro substituto

O juiz de direito **Leonardo Souza Santana Almeida** foi empossado, no dia 8 de fevereiro, como membro substituto, classe juiz de direito, para o próximo biênio. A solenidade ocorreu no gabinete da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE).

O juiz Leonardo Almeida exerceu mandato como membro titular no TRE-SE de 23 de abril de 2019 a 23 de abril de 2021. Durante seu biênio, além das funções jurisdicionais, acumulou honorificamente a direção da Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe (EJESE) e presidiu o Comitê Regional de Combate à Desinformação nas eleições de 2020.



Primeira reunião do COMOC

Na primeira reunião do Comitê Orçamentário e de Contratações – COMOC – TRE-SE, o secretário de administração, orçamento e Finanças, **Norival Neto**, apresentou os indicadores 17, 18 e 19 do Planejamento Estratégico e comentou os resultados do Exercício 2021. Ele destacou a ótima execução orçamentária (em torno de 99%) e a importância do feito, em face da obrigação constitucional: empenhar tudo o que fora programado na proposta orçamentária.

O secretário ressaltou que as unidades devem, sobretudo, elaborar suas propostas baseadas não apenas nas próprias necessidades, mas naquilo que se consegue executar, em face dos procedimentos e artefatos essenciais à consolidação e à execução das contratações, isso somado à capacidade operacional reduzida. Franqueada a palavra, o secretário de tecnologia da Informação, **José Carvalho Peixoto**, realçou que, quanto à execução do Orçamento 2022 para a Segurança da Informação, a STI está envolvida em tratativas para viabilizar adesões a atas de registro de preço, o que agilizaria o atendimento das demandas.



Repositório on-line de cadastro de dados de mulheres juristas

O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), em linha com a Política Nacional de incentivo à participação institucional feminina no Poder Judiciário, criou o repositório *on-line* para cadastramento de dados referentes a mulheres juristas com expertise nas diferentes áreas do Direito.

De acordo com a Resolução n. 418/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os Tribunais deverão realizar consulta ao repositório para identificar nomes de mulheres juristas a fim de viabilizar a participação delas em eventos e ações institucionais e promover citações bibliográficas, com vistas a efetivar a paridade de gênero.

A criação do repositório *on-line* de mulheres juristas está sustentada no art. 5º, I da Constituição da República, que estatui a igualdade de gênero como direito fundamental. Outra base normativa para a criação do repositório é Agenda 2030 da ONU, que orienta fomentar a participação ativa das mulheres nos ambientes de tomada de decisão, fortalecendo, assim, valores e princípios de equidade de gênero.

Destaque do mês de março

Homenageado o servidor da Ascom: Poeta João Lover

O servidor da Justiça Eleitoral de Sergipe, **João Ferreira da Silva**, é o homenageado desta edição da Revista Eletrônica PLENARIUM. O servidor é conhecido pelos seus colegas e pela comunidade artística como Poeta **João Lover**. Filho de 'Manoel Cabelo de Rato' e de Dona Regina, nasceu em Palmares-PE, em 1965. É graduado em Letras pela Famasul – PE e pós-graduado em Ensino da Língua Portuguesa pela Universidade Cândido Mendes – RJ.

João Lover é poeta, compositor, revisor textual, professor, e servidor concursado do Poder Judiciário Federal, atuando na Assessoria de Imprensa e Comunicação Social (ASCOM) do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe – TRE-SE.

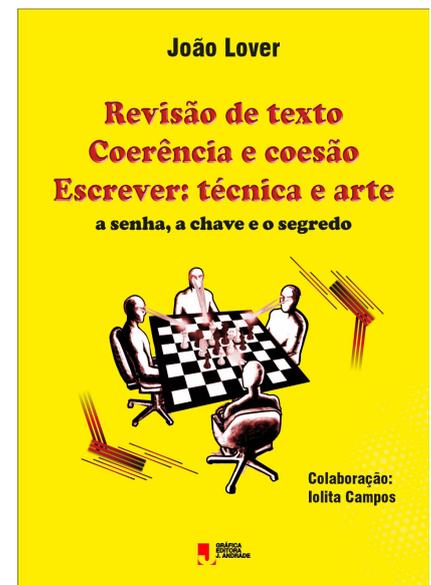
Na ASCOM, executa um importante trabalho de revisão de texto e também desenvolve artigos e notícias que são publicadas no *site* do TRE-SE. O assessor-chefe da ASCOM, **Ricardo Ribeiro**, afirmou que "o servidor João Lover é um funcionário dedicado e comprometido com a excelência dos trabalhos. Está sempre pronto a colaborar com a equipe!

Por seu coleguismo e bom humor, João é visto como um membro muito querido pelos colegas da unidade".

Nosso homenageado tomou posse e entrou em exercício no TRE-SE no dia 21 de novembro de 2008. Perguntado sobre sua trajetória de estudos para alcançar êxito no concurso do TRE-SE (um dos mais concorridos do país), João Lover comentou: "Para ser um servidor do Poder Judiciário (quando fui aprovado já tinha mais de 40 anos de idade), vivenciei uma epopeia: em Palmares, aos 16 anos de idade, trabalhei numa padaria; depois, já aos 17, passei a laborar numa loja de calçados e confecções; depois numa loja de móveis e eletrodomésticos; em seguida, voltei a trabalhar em outra loja vendendo calçados e confecções (estava casado, com uma filha para criar e eu já tinha 23 anos de idade). Dessa última loja comercial, fui demitido. Montei um estabelecimento: a Lanchonete **Johnny Love**, onde era a sala da casa da minha mãe. Trabalhei de agente comunitário de saúde. Depois, passei no concurso da Prefeitura de Palmares, meu primeiro emprego público efetivo. Em 1994, passei no concurso da Escola Agrotécnica Federal de Barreiros (hoje, IFS), passei a ser servidor público

federal em 1995; Estudei durante 5 anos com foco no Judiciário. Participei de mais de uma dezena de certames até que, em 2007, classifiquei-me no concurso do TRE-SE, ingressei em 2008 na data referida acima".

ASCOM: Fale um pouco sobre o livro que será lançado neste mês. Porque resolveu escrevê-lo e quanto tempo demorou para elaborar?



João Lover: *Revisão de texto, Coerência e coesão, Escrever: técnica e arte – a senha, a chave e o segredo* é uma obra de 452 páginas, em três capítulos interligados, todos abordam fatos da linguagem. Passei mais de quatro anos escrevendo. Resolvi escrevê-lo por acreditar que compartilho algo aproveitável direcionado ao conhecimento em relação as questões do escrever.

Discuto questões nas quais aposto que quem ler e/ou quem escreve não pode ficar sem saber. Entro em conflito com teóricos e teóricas e mostro que os mais abalizados também erram. Na verdade são três livros em um. Revisão de texto é um assunto sobre o qual há pouca literatura produzida no Brasil. Então resolvi expressar-me disponibilizando boa parte do que aprendi nestes mais de 20 anos trabalhando com revisão textual. Discuti o que considero básico em relação à língua portuguesa e às técnicas relacionadas ao escrever. Exponho uma abordagem diferenciada. Neste livro, há um tempero não encontrado em qualquer manual. Debates profundamente, foram evitadas superficialidades, de modo que você entenda claramente a mensagem. Acerca do tema coerência e coesão, por ser primórdio do escritor, resolvi escrever indo a fundo praticamente em todos os parâmetros. Principalmente, este capítulo lembra que, com a linguagem, trabalhamos com lógica, significado e sentido (isso é frisado incessantemente no livro). A dinâmica do sistema linguístico e a estrutura gramatical funciona com esses três fatores. Em todos os capítulos trabalhamos exaustivamente com exemplos: investigamos e discutimos os fatos da linguagem, isso é um caminho para aplicar a técnica com segurança. É necessário saber

conceitos e entender os exemplos. Defendo que é imprescindível a quem escreve saber sintaxe gramatical. Temos de conhecer as palavras e as frases e conseguir estabelecer a relação. Por fim, no capítulo Escrever: técnica e arte, trouxe conteúdos os quais considero essenciais a quem se mete no ramo da literatura: é uma luz aos iniciantes e também o veterano pode beneficiar-se. Estão em discussão: leitura, pensar, ritmo e sonoridade, estilo e originalidade, imagens etc.

Publicou quatro livros: *Infinito Prazer* (1995); *O olhar impossível...* (1998); *A Força da Poesia* (2002); *Poesia e Pensamento* (2013). Neste mês publica o seu livro mais recente: *Revisão de texto, Coerência e coesão, Escrever: técnica e arte – a senha, a chave e o segredo*.

João Lover tem diversos poemas musicados: *A menina do sertão* (João Lover / Zé Ripe); *Asno invejoso*

(João Lover / Zé Ripe / Edvaldo Vitta); *Grito sertanejo* (João Lover / Zé Linaldo); *Fogo de amar* (João Lover / Edvaldo Vitta); *Definindo a saudade* (João Lover / Edvaldo Vitta) etc. Especialista, consultor e apaixonado pela Língua Portuguesa, seu trabalho de revisão textual é reconhecido no Estado de Sergipe, revisa livros de grandes escritores sergipanos, a exemplo: **Cleiber Vieira**, presidente da Associação Sergipana de Imprensa, **Antônio Saracura**, **Murillo Melins** e **Francisco Rollemberg**. São mais de sessenta livros revisados de 2013 a 2022. Revisou o livro **Pernambuco em Chamas**, do jornalista Vandeck Santiago. Na 8ª edição do livro *Português jurídico*, na nota do autor, o jurista **Eduardo Sabbag** agradece especialmente ao poeta João Lover. Escreve na *Internet*, seu *Blog*: joalover.blogspot.com. Lá, se encontram poemas, dicas da Língua Portuguesa e outros textos. Há poemas e músicas suas no Instagram, no Facebook e no YouTube.





90 ANOS DA JUSTIÇA ELEITORAL

O Código Eleitoral de 1932 completou 90 anos no dia 24 de fevereiro de 2022. Essa norma significou enorme avanço em relação à democracia no Brasil. Objetivou conduzir o país à reconstitucionalização, como vinha acontecendo nas modernas democracias liberais do mundo.

Principais inovações consubstanciadas no Código Eleitoral de 1932: a criação da Justiça Eleitoral (artigo 5º); o voto secreto (artigo 57): o eleitor votaria por meio de cédulas numa urna em “gabinete indevassável”; o sistema de representação proporcional (artigo 58); e o voto passou a ser obrigatório (artigo 121).

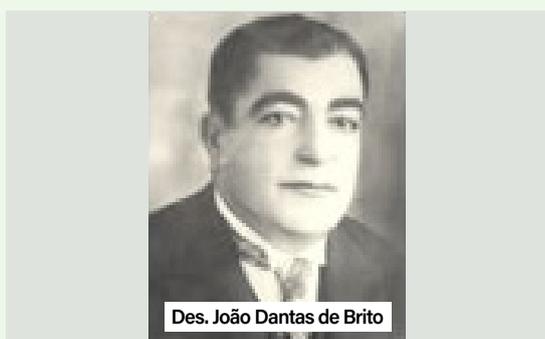
Curiosidade: o Código Eleitoral de 1932 já previa que fossem usadas máquinas de votar (a primeira referência oficial às urnas eletrônicas). O código permitiu ainda registrar candidatos por partido político, aliança de partidos, grupo de eleitores e até candidaturas avulsas. Trouxe também dispositivos de segurança:

conforme determinado no regulamento daquele ano, o título eleitoral foi o primeiro no qual constava a fotografia e a impressão digital do eleitor.

Consolidada como guardiã da democracia, a Justiça Eleitoral é sustentáculo para um dos maiores sistemas democráticos do mundo, que são as eleições brasileiras. São nove décadas de criação da Justiça Eleitoral; e já foram realizadas, nesse período, 41 eleições (diretas e indiretas), três referendos e três plebiscitos. Elegeram-se milhares de candidatas e candidatos, de idades diversas, de todas as raças, escolhidos(as) pelo eleitorado.

A Justiça Eleitoral (JE) mantém um sistema de votação sem fraudes, garante eleições limpas, seguras, transparentes e principalmente auditáveis. Nada disso seria possível se não fosse a atuação séria, responsável e comprometida dos juízes e juízas, bem como das servidoras e dos servidores da JE.

O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) começou a funcionar no dia 30 de julho de 1932. O primeiro presidente foi o desembargador **João Dantas de Brito**. Com a promulgação da Constituição Federal de 1937, a Justiça Eleitoral foi extinta.



Posteriormente, por força do Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, renasce a Justiça Eleitoral. Instituiu-se novamente o TRE-SE no dia 12 de junho de 1945, e o presidente foi o desembargador **João Bosco de Andrade Lima**. O atual presidente do TRE-SE é o desembargador **Roberto Eugênio da Fonseca Porto**.

Voto feminino



Um dos avanços significativos trazido pelo Código Eleitoral de 1932 foi a instituição do voto feminino (artigo 2º): vitória de mulheres pioneiras, que batalharam

pelo direito de votar e pela presença feminina na política.

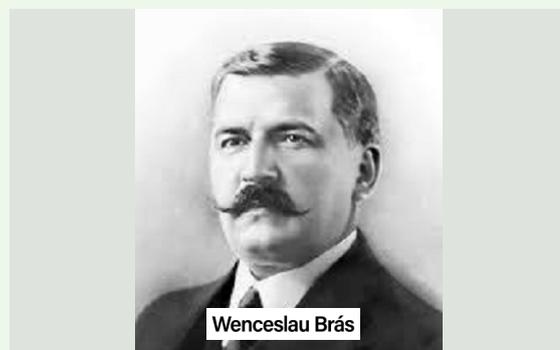
Desafios das mulheres



As mulheres representam mais de 51,8% da população e mais de 52% do eleitorado brasileiro. No entanto, elas são minoria na política. Somente 12% dos eleitos no 1º turno das Eleições de 2020 para o cargo de prefeito foram mulheres.

Conheça a história das mulheres que se destacaram na vida política e na Justiça Eleitoral. Veja no *site* #ParticipaMulher. A criação da página foi uma das atividades da Comissão TSE Mulheres, instituída em 11 de outubro de 2019.

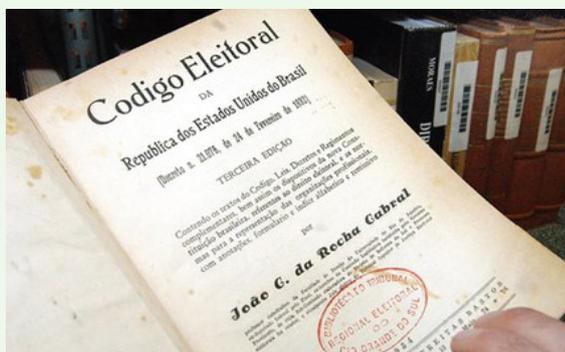
Histórico



Em 1916, o presidente da República, **Wenceslau Brás**, preocupado com a seriedade do processo

eleitoral, sancionou a Lei nº 3.139, que entregou ao Poder Judiciário o preparo do alistamento eleitoral. Em 1932, a Justiça Eleitoral tornou-se responsável pelos trabalhos eleitorais: alistamento, organização das mesas de votação, apuração dos votos, reconhecimento e proclamação dos eleitos, bem como poderia julgar questões que envolvessem matéria eleitoral.

O primeiro Código Eleitoral



As principais inovações do código foram o voto feminino facultativo, a fixação definitiva do voto secreto, a instituição do sistema representativo proporcional e a regulação em todo país das eleições federais, estaduais e municipais. Apesar de ser permitida a eleição de candidatos sem partido, pela primeira vez, os partidos políticos foram mencionados em legislação eleitoral. Era obrigatório o registro prévio de todas as candidaturas. Permaneciam restrições ao exercício da cidadania, por exemplo, não poderiam votar os analfabetos, os mendigos e os praças de pré (militar de categoria inferior).

A Lei nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, criou a Justiça Eleitoral

para que fosse responsável pelo processo eleitoral (do alistamento à proclamação dos eleitos). Como já foi dito, o código possibilitou às mulheres o direito a votar, mas o analfabeto continuou proibido de votar. Outro aspecto: a qualificação eleitoral podia ocorrer por iniciativa do eleitor ou de ofício.

Em 10 de novembro de 1937, **Getúlio Vargas** executou a *Nova Ordem do país*. A Constituição de 1937 (*polaca*) extinguiu a Justiça Eleitoral, aboliu os partidos políticos, suspendeu as eleições livres e estabeleceu eleição indireta para presidente da República. Durante o período de 1937 a 1945, conhecido como Estado Novo, não houve eleições no Brasil. As casas legislativas foram dissolvidas; e a ditadura governou com interventores nos estados.

Em 1945, Getúlio anunciou eleições gerais e lançou como seu candidato **Eurico Gaspar Dutra**, ministro da Guerra. A oposição e a cúpula militar se articularam e deram o golpe: em 29 de outubro de 1945, Getúlio foi destituído. A Presidência da República foi ocupada pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal, **José Linhares**, até eleição e posse do novo presidente da República: o general Dutra, em janeiro de 1946. Era o fim do Estado Novo. Nesse cenário político, a Justiça Eleitoral foi reinstalada definitivamente. O Código Eleitoral de 1945, conhecido como Lei Agamenon, restabeleceu a Justiça Eleitoral. A novidade: passou a ser obrigatório candidatos estarem vinculados a partidos políticos.

Sergipe utilizará urnas eletrônicas atualizadas em 2022

O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) recebeu, no dia 10 de fevereiro, o um lote contendo 1.300 novas urnas eletrônicas (modelo 2020), vindas de Mauá, São Paulo. A renovação do parque de urnas faz parte do plano estratégico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que atualiza os equipamentos periodicamente.

De acordo com informações da Seção de Administração de Urnas do TRE-SE, no total, aproximadamente três mil urnas do novo modelo serão utilizadas em 2022 no Estado de Sergipe. A renovação das urnas e a constante atualização dos equipamentos são premissas que norteiam o trabalho da Justiça Eleitoral.

Urnas Eletrônicas: Uma história de inovação

Em duas décadas e meia de presença nas eleições do país (desde 1996), à urna eletrônica foram agregados maiores componentes tecnológicos de segurança (*softwares*) e

aprimorados o *design* e a estética (*hardware*), que auxilia na interface do equipamento com a eleitora e o eleitor.

As urnas eletrônicas têm vida útil de dez anos. Após esse período, elas são descartadas ou recicladas. Para isso, o TSE realiza licitação para contratar uma empresa, que deve seguir um rigoroso processo de segurança para o descarte dos componentes do equipamento, que precisa ser ecologicamente correto. No final, a empresa deve apresentar ao Tribunal um relatório sobre as providências tomadas.

O mais novo modelo da urna eletrônica (Modelo UE2020), que será utilizado pela primeira vez nas Eleições 2022, foi apresentado pelo presidente do TSE, ministro **Luís Roberto Barroso**, em dezembro de 2021.





A apresentação ocorreu na própria fábrica da empresa Positivo Tecnologia, vencedora da licitação, localizada em Manaus (AM), onde os módulos que vão compor as urnas estão sendo produzidos. A empresa fabricará 225 mil novas urnas, de um total de 577 mil que serão usadas nas Eleições 2022. As urnas Modelo UE2020 oferecem novos recursos de acessibilidade e novidades em termos de rapidez, segurança e transparência.

as palavras do colega, **Manoel Marcondes**, técnico judiciário, disse que “esses procedimentos propiciarão ainda mais segurança em relação às eleições”. Ele lembrou também que foi mantida a configuração das urnas, principalmente, continuarão não conectadas à *internet* e que foram implementadas novas camadas de segurança nos sistemas. “A segurança da votação é um pilar fundamental para a manutenção da democracia no país”, finalizou Marcondes.



Em Sergipe

As urnas modelo 2009, que estavam sendo utilizadas nas eleições anteriores, permanecerão nos depósitos do TRE-SE até o fim das eleições de 2022. Depois, serão recolhidas pelo TSE, que fará a reciclagem.

Inovações do novo modelo

Cláudio Gonçalves, técnico judiciário, afirmou que “as mudanças aplicadas às urnas envolvem *upgrade* nos terminais dos mesários. Esses terminais agora apresentam tela LCD com função de toque. Além disso, os *hardwares* (componentes eletrônicos) foram atualizados”. Ratificando



Você conhece o Plano de Logística Sustentável do TRE-SE?

O PLS funciona em consonância com a Agenda 2030 da ONU



No dia 24 de fevereiro, registrou-se mais uma coleta dos resíduos produzidos nas dependências do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE). A coleta do lixo é realizada semanalmente: nas quartas-feiras, os resíduos são pesados e, nas quintas-feiras, são despachados para locais de recebimento. Entre os materiais recolhidos, estão papel, papelão, plástico, metais, vidros e componentes eletrônicos: pilhas, baterias etc.

Após a realização da coleta, cada cooperativa (duas coletam no TRE-SE) destina aproximadamente 40kg a empresas escolhidas. Essas instituições ou empresas também recebem doações de outros órgãos.

Esses parâmetros relacionam-se ao projeto “Coleta Seletiva Solidária”. São coletados tanto os resíduos recicláveis produzidos na própria sede quanto os resíduos produzidos pelos servidores nos respectivos domicílios. As cooperativas parceiras são a CARE e a Reviravolta. Um dos profissionais responsáveis por este trabalho é o servidor terceirizado **Márcio Matias Souza de Oliveira**, ele coordena a logística nesse contexto.



O Plano de Logística Sustentável (PLS) é elaborado pelo Núcleo de Sustentabilidade e Acessibilidade (NSA), composto pelas servidoras **Caroline Damascena** e **Isabella Aguiar**. Seguem-se as determinações do Conselho



Nacional de Justiça (CNJ). O PLS funciona em consonância com a Agenda 2030 da ONU, que estipulou metas denominadas *Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis*. Uma das metas seguidas pelo TRE-SE é o objetivo 12: "Consumo e Produção Responsáveis".



O propósito do Plano de Logística Sustentável é instaurar medidas que contribuam para reduzir danos ao meio ambiente, mitigando o consumo exagerado de recursos naturais, estimulando a redução de gastos públicos e também a reutilização e a reciclagem de diversos resíduos, além da preferência no sentido e utilizar materiais biodegradáveis.

O Núcleo de Sustentabilidade e Acessibilidade trabalha em conjunto com as unidades gestoras do Tribunal estudando dados de consumo e alinhando metas. As principais iniciativas do projeto são o controle do consumo de água, de energia (com a implantação de placas fotovoltaicas) e de telefonia, além do monitoramento referente ao número de impressões e ao uso de papéis, copos descartáveis e outros materiais.



Logística Sustentável
Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe





#EuVOTO Porque
esse país também
é nosso.

A gente pode e vai
fazer a diferença!

#BoraVOTar